

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Editora Chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A838	<p>Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 1 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Elisângela Maura Catarino. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-211-1 DOI 10.22533/at.ed.111202107</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Catarino, Elisângela Maura.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.

APRESENTAÇÃO

É com imenso prazer que apresentamos a vocês caríssimos leitores a Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, composta por 71 textos, oriundos de autores de vários lugares do Brasil, organizado em três volumes, que perpassam pela educação brasileira estabelecendo liames com artefatos da história, política e cultura do nosso povo.

Educar é um ato político e ao mesmo tempo cultural. Os aspectos históricos da educação brasileira nos mostram seu percurso, possibilitando-nos, conhecer sua conjuntura e estrutura. Nos dias que correm, cabe o questionamento: que educação atenderia a conjuntura atual marcada por diversidades e por identidades plurais?

Nessa ótica de pensamento, o volume 1 desta coletânea, traz, em dois eixos temáticos, a educação em diálogo com aspectos significativos da diversidade de políticas e de culturas que povoam os espaços educacionais, se materializando em 24 textos reflexivos por onde perpassam termos que servem de guias para importantes debates e discussões. Tais como: autonomia, democracia, saberes pedagógicos, educação popular, sistema, instrução, intervenção, inclusão, prática, reinserção, interdisciplinaridade, direito de escolha, formação de professores, entre outros.

Isto dito, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

CAPÍTULO 1	1
A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA ESCOLAR E FERRAMENTAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	
Lidnei Ventura Klalter Bez Fontana Roselaine Ripa	
DOI 10.22533/at.ed.1112021071	
CAPÍTULO 2	12
A CONTRIBUIÇÃO DE CHARBONNEAU À EDUCAÇÃO: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS NO BRASIL ENTRE 1959 A 1987	
Jefferson Fellipe Jahnke	
DOI 10.22533/at.ed.1112021072	
CAPÍTULO 3	17
A DEMOCRACIA E A ESCOLA EM UM CENÁRIO PANDÊMICO: A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DIANTE DA COVID-19	
Renata Cecilia Estormovski Juliana Venzon	
DOI 10.22533/at.ed.1112021073	
CAPÍTULO 4	28
A EDUCAÇÃO POPULAR E O ENSINO DE HISTÓRIA: UM DIÁLOGO PEDAGÓGICO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	
Aline Praxedes de Araújo Aparecida Barbosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1112021074	
CAPÍTULO 5	39
A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA, AOS MOLDES DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL, NA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE	
Eduardo Freitas Gorga Elisa Pinheiro de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.1112021075	
CAPÍTULO 6	53
A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA EM UMA TURMA DO 6º ANO	
Rosimere dos Santos Nascimento Alves Hélio Rosa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1112021076	
CAPÍTULO 7	67
A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NAS CADEIAS PARAENSES: ORIGENS E FUNCIONAMENTO (1871-1940)	
Cilicia Iris Sereni Ferreira Orlando Nobre Bezerra de Souza Ney Cristina Monteiro de Oliveira Alberto Damasceno	
DOI 10.22533/at.ed.1112021077	

CAPÍTULO 8 80

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA EM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA ORFANDADE E ADOÇÃO

Isabelle Cerqueira Sousa
Ana Maria Fontenelle Catrib
Sílvia Helena de Amorim Martins
Patrícia do Carmo Lima
Tallys Newton Fernandes de Matos
Luiza Valeska Mesquita Martins
Sarah Lorena Silva Macêdo

DOI 10.22533/at.ed.1112021078

CAPÍTULO 9 92

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO DENTRO E FORA DO AMBIENTE ESCOLAR

Lucio Araujo Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.1112021079

CAPÍTULO 10 104

A PRÁTICA DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA E OS ESPAÇOS NÃO FORMAIS

Rodrigo Bastos Daude
Carlos Augusto Cardoso de Jesus
Gabrielle Correia Silva dos Santos
João Pedro Marques Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.11120210710

CAPÍTULO 11 116

A REINSERÇÃO DE JOVENS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: O PROJÓVEM URBANO NO HORIZONTE

Maria Aparecida de Queiroz
Marcos Torres Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.11120210711

CAPÍTULO 12 127

AQUISIÇÃO DA ESCRITA E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: VALORIZANDO OS SABERES DA COMUNIDADE LOCAL

Jullyane Glaicy da Costa Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.11120210712

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II

CAPÍTULO 13 138

AS CIÊNCIAS SOCIOLOGICA E HISTÓRICA: UMA RELAÇÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE ESTRUTURAL

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama

DOI 10.22533/at.ed.11120210713

CAPÍTULO 14 148

AS CONTRIBUIÇÕES DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA PRÁTICA DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Thais Tamires Guimarães da Costa
Francisca Celia Lima Paula
José Ygor Ribeiro dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.11120210714

CAPÍTULO 15	158
AS GINÁSTICAS E AS DIMENSÕES DO CONTEÚDO NO CONTEXTO ESCOLAR	
Kelly Silva Teixeira Thais Vinciprova Chiesse de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.11120210715	
CAPÍTULO 16	174
AS INFLUÊNCIAS DA FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Leonardo Mendes Bezerra Marinete Aparecida Martins Leo Victorino da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.11120210716	
CAPÍTULO 17	182
ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: SOBRE A UNIVERSIDADE, UM ESTUDO HISTÓRICO II	
Oscar Edgardo Navarro Escobar	
DOI 10.22533/at.ed.11120210717	
CAPÍTULO 18	194
BALANÇO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA: UNIVERSALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NOS CURSOS DE DIREITO DA REGIÃO DO VALE DO JAURU E DE CÁCERES – MT NO PERÍODO DE 2009-2019	
André Luiz Picoli Herrera	
DOI 10.22533/at.ed.11120210718	
CAPÍTULO 19	203
BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	
Lineise Auxiliadora Amarilio dos Santos Cláudia Araújo de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.11120210719	
CAPÍTULO 20	213
CENTROS RURAIS DE INCLUSÃO DIGITAL E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO: REFLEXÕES SOBRE/ A PARTIR DA METODOLOGIA SEQUÊNCIA FEDATHI	
Ana Carmen de Souza Santana Mirley Nádila Pimentel Rocha Roberta Cavalcante de França Lara Saldanha Meneses Nepomuceno	
DOI 10.22533/at.ed.11120210720	
CAPÍTULO 21	220
INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NA PRÁTICA AVALIATIVA DE UMA GESTÃO DA SALA DE AULA EM CÍRCULO DE CULTURA	
Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti Zelia Maria dos Santos Freitas José Santos Pereira Glória Maria Alves Machado	
DOI 10.22533/at.ed.11120210721	

CAPÍTULO 22	226
CONTAR E OUVIR HISTÓRIAS: UM JEITO DIFERENTE DA CRIANÇA DESCOBRIR E COMPREENDER O MUNDO	
Maria Cristina Pinheiro da Silva	
Elaine Gaiva Leal	
Vanusa Aparecida Almeida	
Luiz Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.11120210722	
CAPÍTULO 23	233
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES	
Lucimara da Cunha Santos	
Dafne Fonseca Alarcon	
Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco	
DOI 10.22533/at.ed.11120210723	
CAPÍTULO 24	243
DIREITO DE ESCOLHA? UM OLHAR SOBRE A SEDUÇÃO POLÍTICA DO NOVO ENSINO MÉDIO	
Erika Aparecida de Paula Silva Lima	
Bárbara Carine Soares Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.11120210724	
SOBRE OS ORGANIZADORES	254
ÍNDICE REMISSIVO	256

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NAS CADEIAS PARAENSES: ORIGENS E FUNCIONAMENTO (1871- 1940)

Data de aceite: 01/07/2020

Cilicia Iris Sereni Ferreira

<http://lattes.cnpq.br/5595170731977570>

Universidade Federal do Pará

Orlando Nobre Bezerra de Souza

<http://lattes.cnpq.br/8567141884452588>

Universidade Federal do Pará

Ney Cristina Monteiro de Oliveira

<http://lattes.cnpq.br/4355112931326342>

Universidade Federal do Pará

Alberto Damasceno

<http://lattes.cnpq.br/6324178073896482>

Universidade Federal do Pará

RESUMO: Neste texto nos propomos realizar uma recuperação histórica dos principais fatos e acontecimentos que se evidenciaram na História da educação do sistema prisional brasileiro, em especial no Estado do Pará. Para tanto, fizemos um recorte da investigação referente ao período compreendido entre o Império e a República, quando a instrução primária passou a fazer parte do cotidiano do Sistema Prisional Paraense. Como resultados, constatamos que a instrução passou a fazer parte do cotidiano prisional no estado do Pará desde o Império, baseada em uma concepção de recuperação

moral que tinha como principal meta transformar o delinquente em sujeito disciplinado ao e no trabalho, liberto da ociosidade, tendo em vista o desenvolvimento do sistema econômico capitalista. Sob esta perspectiva, esse misto de punição e correção procurava, simbolicamente, marcar na sociedade a ideia de retribuição do mal praticado como forma de prevenir novos delitos, proposta — de base moral e para o capital — que se estendeu pelos períodos seguintes, com diversas e diferentes formas de organização do processo educativo, reforçando o *status quo* da marginalização e do estado penal do qual o sujeito, ainda que na condição de encarcerado, tentava se desvencilhar para recuperar sua existência enquanto ser individual e coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Básica; Instrução Pública no Pará; Educação Prisional.

ABSTRACT: In this text we propose to carry out a historical recovery of the main facts and events that became evident in the history of education in the Brazilian prison system, especially in the State of Pará. For this purpose, we made an excerpt of the investigation regarding the period between the Empire and the Republic, when primary education became part of the daily life of the Para Prison System. As a result, we found

that instruction became part of the daily life in the state of Pará since the Empire, based on a concept of moral recovery that had as its main goal to transform the offender into a disciplined subject to and at work, freed from idleness, having in view of the development of the capitalist economic system. From this perspective, this mix of punishment and correction sought, symbolically, to mark in society the idea of retribution for the evil practiced as a way to prevent new crimes, a proposal - of moral basis and for capital - that extended over the following periods, with several and different forms of organization of the educational process, reinforcing the status quo of marginalization and the penal state from which the subject, even though in prison, tried to free himself to recover his existence as an individual and collective. **KEYWORDS:** Basic Education; Public Instruction in Pará; Prison Education.

INTRODUÇÃO

A reflexão apresentada neste artigo faz parte dos resultados obtidos em pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Educação Básica da Universidade Federal do Pará a qual tratou de realizar uma recuperação histórica dos principais fatos e acontecimentos que se evidenciaram na História da educação do sistema prisional brasileiro, em especial no Estado do Pará.

Desta forma, para esta discussão, fez-se um recorte da investigação referente ao período compreendido entre o Império e a República, quando a instrução primária passou a fazer parte do cotidiano do Sistema Prisional Paraense (SPP).

A princípio, problematizamos que o início da oferta de educação nos sistemas prisionais tenha ocorrido em virtude das pressões e discussões no cenário internacional e nacional em prol de um tratamento penal humanizado. Tanto que em nível nacional, a tentativa de expressar esse debate se deu pela regulamentação e ajustamento da ordem social disseminada pelo 1º Código Criminal brasileiro de 1830 de modo que no SPP algumas estratégias na perspectiva de recuperação do sujeito chegaram a ser implementadas e nessa direção estava a inserção da educação na prisão para reforçar e legitimar o processo de reforma do delinquente.

Logo, dada a investigação estar relacionada à inserção da Educação no Sistema Prisional Paraense esse escrito pretende compreender a organização e o funcionamento da instrução primária no SPP em resposta a essa reforma instaurada no sistema prisional brasileiro a partir de uma realidade punitiva entranhada na mentalidade de uma classe dominante que historicamente aprisiona em larga escala, especialmente pessoas jovens, negras e com baixa escolaridade.

Nesse sentido, por se tratar de um resgate sobre a instrução primária na prisão esta investigação orientou-se pela abordagem qualitativa a qual buscou recuperar através dos fatos históricos o processo de organização e funcionamento da instrução escolar nesses espaços, uma vez que esse tipo de pesquisa também se vincula à análise de grupos

marginalizados socialmente conforme assinalam (CHIZZOTTI, 2003), (VAN ZANTEN, 2004).

Sendo assim, para subsidiar a escolha da pesquisa qualitativa, entende-se que a Pesquisa Documental possui os elementos investigativos imprescindíveis para auxiliar no desencadeamento dessa investigação de modo que a escolha da Pesquisa Documental justifica-se pela possibilidade de direcionar o olhar para o interior de uma instituição punitiva e contraditória que, ao mesmo tempo em que cede espaço para a educação servir de instrumento reintegrador, também anula e desconstrói o sujeito Onofre (2016).

Nesse sentido, há de se considerar que os desdobramentos ocorridos ao longo do processo de inserção da instrução primária no sistema prisional tenha refletido na sociedade paraense como uma realidade dualista, pois ora a educação para pessoas em situação de privação e restrição de liberdade é entendida como uma medida necessária ao processo de reintegração social, ora como um privilégio imerecido, apresentando-se desta forma em meio a muitas rupturas e desconstruções.

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DO PARÁ

Os primórdios da organização das prisões no estado do Pará confundem-se com a própria ocupação do território paraense em meados dos anos 1600, quando os espaços destinados ao aprisionamento resumiam-se inicialmente às fortificações erguidas, e mais adiante ao Senado da Câmara, em cujas partes baixas do prédio havia compartimentos que foram destinados ao funcionamento da primeira Cadeia Pública de Belém (ANTUNES, 1977, p. 179).

Como parte de um código de controle e neutralização social diante das “várias mortes, [...] e desordens” causadas pela expansão e exploração territorial que se foi estabelecendo desde as primeiras décadas no Grão-Pará, estendeu-se a Santa Maria de Belém as legislações criminais portuguesas representadas pelo pelourinho e polé, sendo o pelourinho erguido “na antiga Praça da Matriz [...] edificadas em frente ao Palácio Episcopal, Colégio dos Padres da Companhia e Igreja do Santo Cristo”(ANTUNES, 1977, p. 180).

A principal função do pelourinho era a aplicação das penas diante do maior número de pessoas mediante um código punitivo que passava pelas “decisões dos capitães-mores e, posteriormente, dos juízes nomeados pela Coroa” (SOARES, 2009, p. 62), para executar, sobretudo, a “arte quantitativa do sofrimento” (FOUCAULT, 2014, p. 37).

Mesmo com a prática de marcar no corpo, a memória social, o Sistema de Segurança Pública de Belém começou a apresentar sinais de fragilidade, a ponto de a Província não dispor até aquele momento de nenhuma “prisão segura onde se possa prender os

criminosos” (ANTUNES, 1977, p. 181), motivo este que obrigou o rei a expedir, por volta de 1731, uma ordem de serviço para a construção de uma cadeia a fim de conter a sucessão de fatos delinquentes, a qual nunca saiu do papel.

A aquisição de um novo espaço para o aprisionamento na Província do Grão-Pará somente se tornou possível com as reformas pombalinas que, por meio do governo local, expulsaram as ordenações religiosas e confiscaram seus bens e espaços físicos, como o Convento São José, que pertencia a um grupo de religiosos franciscanos vindos de Portugal, da ordem “da Piedade do Gurupá” (ANTUNES, 1977, p. 186), o qual passou a integrar a responsabilidade do Governo do Pará a partir de 1758, ajustando-se a diversas funcionalidades, até servir em 1843 de Cadeia Pública (COELHO, 2002).

Com o São José, o governo paraense avançou na proposta de um modelo de segurança pública baseado no controle, na ordem e na disciplina social (WACQUANT, 2011), sem considerar com isso as discussões sobre os direitos individuais e coletivos que já haviam sido anunciadas desde 1789 pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (DDHC), pois conforme Antunes (1997, p. 187), “os governos da antiga Província nunca se aperceberam das exigências da ciência em relação aos criminosos e da necessidade de sujeitá-los a um regime repressivo, que os pudesse restituir à sociedade em condições de não reproduzirem o delito”.

Essa realidade das províncias, característica do Brasil Colônia, somente começou a mudar com o advento do movimento da Independência do Brasil, desencadeado em 1822, e a disseminação do pensamento iluminista, que impulsionou novas reformas no âmbito da política, economia e sociedade, incluindo uma proposta jurídica ajustada à ideia de recuperação dos sujeitos desviantes das leis e a transformação da prisão em um espaço de correção (ALVAREZ; SALLA; SOUZA, 2003).

No Pará, essa discussão chegou à Assembleia Provincial, mas no sentido de transferência e adiamento das responsabilidades do Estado com a questão prisional, tanto que, na sessão de 15 de agosto de 1844, o presidente da província, Manoel Paranhos da Silva Vellozo, relatou que a Cadeia São José substituiu a antiga prisão (Senado da Câmara) por esta se encontrar em situação de abandono pelo poder público, cujo prédio inspirava um pretense desabamento; além disso, o espaço não atendia às diretrizes estabelecidas para as prisões na Constituição de 1824, que determinava que estas deveriam ser arejadas e coerentemente adequadas aos princípios da civilização e humanidade.

Embora os dirigentes do Estado estivessem cientes da reforma do sistema prisional em uma perspectiva de dignidade e integridade humana, tanto a antiga Cadeia do Senado da Câmara como a “nova” Cadeia de São José estavam distantes de um padrão arquitetônico minimamente adequado em relação ao que se defendia como tratamento penal humanizado, posto que o prédio do Convento apresentava diversas goteiras e infiltrações, não havia banheiros, algumas paredes estavam desabando e, mesmo assim,

o São José passou a ser a única prisão para encarcerar “infratores de várias localidades da Província” (COELHO, 2002, p. 9).

Além da estrutura física inadequada, as penas aplicadas em Belém nos anos de 1870 continuaram extremamente cruéis, tanto que no São José se utilizavam os mais variados e desumanos métodos de execução que os códigos penais anteriores imprimiram e que surpreendentemente já haviam sido abolidos desde 1830 pelo Código Penal do Império, mas mesmo assim,

O São José testemunhou também as últimas horas de presos que, condenados à morte, passavam seus derradeiros instantes no ‘oratório’ antes de serem conduzidos à forca que se erguia no largo de São José, em frente à Cadeia Pública (COELHO, 2002, p. 9).

Essa conservação das práticas punitivas na Cadeia de São José permite-nos compreender que o Código de 1830 levou certo tempo para ser, de fato, implementado nas províncias, provavelmente porque segundo Amaral (2013, p. 3):

Não havia previsão de qualquer sistema progressivo no Código Criminal do Império. O código de 1830 se preocupava mais com a arquitetura das prisões (o tipo de prisão) que com o tratamento penitenciário a ser ministrado ao condenado. Aquele Estatuto Penal espelhava um compromisso com a *Ciência das Prisões* e não com o indivíduo que nela se encontra cumprindo pena. No Brasil, ainda não era tempo de uma *Ciência Penitenciária*.

Apesar dessa realidade, algumas estratégias na perspectiva de recuperação do delinquente chegaram ao SPP a fim de atender às discussões de cunho humanizado que vinham paulatinamente se disseminando a partir da contrarreforma da política criminal, que defendia não mais a eliminação do sujeito preso, mas sim sua (re) forma, no sentido de torná-lo útil e produtivo à sociedade (BITENCOURT, 2011).

Exemplo disso foi a criação da escola de primeiras letras dentro da Cadeia de São José, por deliberação da Lei Provincial nº 701, de 25 de outubro de 1871, expedida pelo então presidente da província, Abel Graça (1871-1872).

Para Nery e França (2014), o funcionamento de uma escola dentro da Cadeia de São José estava estrategicamente em harmonia com o movimento de difusão da instrução primária iniciado na década de 1860 e implementado pelo governo da província do Pará, de modo, que a instrução primária chegou às instituições públicas como forma de estender esse privilégio “às outras classes” (NERY; FRANÇA, 2014, p. 90), incluindo, portanto, os que estavam em situação de encarceramento.

Mesmo sendo criada em 1871, a escola da Cadeia de São José, foi inaugurada somente no dia 17 de agosto de 1874, quando iniciou suas atividades com 25 alunos matriculados, sendo todos maiores de 20 anos, dos 130 detentos que o São José tutelava (COELHO, 2002, p. 9); com isto, demarcava-se o início de um processo de recuperação da pessoa presa no Sistema Prisional do Estado, conforme se observa no texto publicado no *Jornal do Pará* de 17 de agosto de 1874 sobre a inauguração da escola na prisão:

Levar a luz da civilização ao meio de homens ignorantes e sem a mínima noção das grandes verdades ensinadas pelo Divino Mestre é um passo gigantesco dado em prol da nossa reorganização social.

[...] Foi, portanto, uma ideia patriótica e ao mesmo tempo cristã a criação de uma escola do ensino primário na cadeia pública da nossa capital.

Os infelizes presos, por serem criminosos, não deixam de ser homens, e se como tais são susceptíveis de erros também o são de correição, que os pode tornar, no correr dos anos, cidadãos uteis a pátria e à família.

A ideia de criação de escolas nas cadeias públicas e penitenciárias é deste século. Foi a Prússia quem primeiro as teve, seguindo-se logo depois a França, a Inglaterra e a Holanda, que delas têm colhido imensas vantagens para o melhoramento moral e intelectual da sociedade.

A lei provincial, de que acima tratamos, estava, há mais de dois anos, esquecida, como outras muitas, nas coleções. Ao ilustrado Sr. Dr. Pedro Vicente d’Azevedo coube a glória de executá-la, manifestando com esse ato o interesse que liga a regeneração moral desses infelizes, afastados, por sua posição, dos gozos e vantagens da vida social. (Ortografia atualizada.)

Como parte desse processo, expediu-se também nesse período o primeiro regulamento da escola de primeiras letras do São José com o propósito de organizar e orientar o trabalho educativo na prisão, conforme publicação no Jornal “O Liberal do Pará” de 2 de agosto de 1874.

O referido regulamento estabelecia, entre outros dispositivos, que o docente responsável pela ministração do ensino seria o ajudante do carcereiro; que o ensino compreenderia o alfabeto até a leitura corrida, escrita até letra cursiva, doutrina cristã e as quatro principais operações aritméticas; que os livros seriam fornecidos pela Diretoria de Instrução Pública; que os materiais didáticos ficariam à custa da província; que a escola funcionaria regularmente todos os dias; que os alunos estariam cobertos tanto pelo regulamento disciplinar das escolas fora da cadeia quanto pelos castigos que o regulamento da própria prisão permitia; que haveria “prêmios” aos alunos que se destacassem, como dispensa de serviços obrigatórios na cadeia; que as matrículas seriam realizadas pelo próprio professor (ajudante do carcereiro); que poderiam se candidatar a aluno somente aqueles que gozassem de saúde e fossem livres; que o professor seria o responsável por toda a organização administrativa da escola, assim como deveria manter informado o chefe de polícia sobre as incorrências diárias.

Ficou evidente a partir desse regulamento que a intenção era garantir uma reforma moralista abrangente ligada ao corpo e a mente, sustentada, sobretudo, no controle e na disciplina de modo que o próprio sistema carcerário remodelasse o comportamento dos alunos-presos.

Buscava-se, portanto, a “regeneração moral” dos delinquentes pela correição a fim de torná-los “cidadãos uteis à pátria e à família”, estando a serviço disto a prisão e a instrução escolar, que articuladas imprimiam no corpo e na consciência desses “infelizes”

uma tecnologia de poder(FOUCAULT, 2014) que refletia na sociedade a ideia de que a criminalização do “vadio, vagabundo e pedinte” deveria ser combatida como solução para os problemas da violência, insegurança e principalmente da ociosidade.

No que se refere a participação dos alunos da prisão em exames internos e externos, tem-se no expediente do governo do dia 20 de dezembro de 1877 publicado na edição 05 de 6 de janeiro de 1878 no “Jornal do Pará”, que os alunos da escola da Cadeia de São José chegaram a participar de exames de avaliação das disciplinas ministradas no curso primário, além de testes classificatórios para outra série, nos quais foram bem-sucedidos, conforme destaca o governador da província João Capistrano Bandeira de Melo Filho (1876-1878) em forma de nota ao Chefe da Polícia

Ao Dr. Chefe de Polícia, acusando o recebimento do ofício de vossa senhoria de 19 do corrente, ao qual acompanhou o que a vossa senhoria dirigiu o Dr. Diretor Geral interino da instrução pública em que participa o resultado dos exames a que foram submetidos no dia 10 do corrente os alunos da escola primária da cadeia pública desta cidade, cabe-me dizer que foram muito agradáveis as provas de aplicação e aproveitamento dos ditos alunos, e que em nome desta presidência, louve o professor e o carcereiro da cadeia pelo zelo e interesse que demonstram em bem da instrução e moralidade dos infelizes ali detentos.

Quanto ao número de alunos matriculados, percebe-se que desde o início das atividades em 1874 o quantitativo manteve-se no mesmo patamar, pois na edição 06 de 8 de janeiro de 1878 do Jornal “A Constituição” é possível constatar no balanço de movimentação dos encarcerados deste ano que estavam matriculados na escola da cadeia somente os 25 alunos.

Com a iminente Proclamação da República em 1889 e a homologação do Código Criminal de 1890, o estado do Pará impulsionou um conjunto de reformas no sistema prisional, a começar pela autorização dispensada ao então governador Lauro Sodré (1891-1897) para construir e adaptar em 1893, através da Lei nº 101, de 22/06/1893, a prisão-convento que servia desde 1843 de Cadeia Pública no Grão-Pará, na então Penitenciária São José (PEREIRA, 2002), que segundo Muniz (2017, p. 80-81) contou com a mão de obra dos respectivos aprisionados, que ao receberem instrução passaram a prestar “diversos trabalhos na província”.

Para Antunes (1977), a administração de Lauro Sodré foi fundamental para o início de muitas mudanças no Sistema Prisional do Estado do Pará, principalmente porque ele retomou essa discussão na Assembleia Legislativa do Estado.

O principal discurso de Lauro Sodré era a reformulação do Sistema Carcerário Paraense e, para isto, propunha a construção de uma penitenciária no mesmo nível de execução penal com que os demais sistemas carcerários no mundo vinham organizando-se, a fim de “preencher uma grande falta de que há muito se ressentia o Estado” Antunes (1977, p. 187).

Inspirado no movimento da *Belle Époque*, Lauro Sodré apresentou um desenho

arquitetônico de penitenciária baseado no modelo europeu de *Santé* de Paris, cuja proposta priorizava a distribuição e funcionalidade dos espaços, de modo que o projeto de Lauro Sodré compreendia, segundo Pereira (2002, p. 301):

quatro seções: o corpo central da administração, em que estão as salas da diretoria, da biblioteca, de inspeção e de registro, o parlatório, a farmácia e outras dependências; a torre central compreendendo o compartimento de depósitos, rouparia, cozinha e padaria; os dois raios celulares com três pavimentos cada um e 24 células em cada pavimento, sem contar as células de banheiros, quartos para guardas com salões de oficinas; e finalmente, a seção posterior com salões para escolas e capela, células e salões de enfermaria.

Percebe-se, pois, que um empreendimento desse porte requeria um vultoso investimento de verbas, o que de fato ocorreu durante três anos, de 1893 até o final de 1896, quando tão logo o potencial econômico do ciclo da borracha entrou em declínio, cessando a previsão de recursos para continuidade da construção da penitenciária e conseqüentemente a interrupção das obras, de modo que se manteve a custódia daqueles que cometiam delitos no “mesmo sórdido convento que nos legou o regime colonial” (ANTUNES, 1977, p. 191).

Essa questão, associada à negligência dos sucessores de Lauro Sodré quanto ao tema sistema prisional, acabou colocando o estado do Pará na contramão das discussões que se fortaleciam no âmbito das ciências penitenciárias em nível internacional e nacional, a respeito da reintegração social do delinquente, a partir de um conjunto de reformas dispensadas às prisões que à época buscavam:

Reformar o caráter do criminoso, ensinar-lhe um ofício ou uma profissão, sujeitá-lo a um regime apropriado, no qual se lhe faça ver que se colocou em antagonismo com a sociedade, inculcar-lhe o amor ao trabalho, encaminhar a sua vontade, os seus esforços, de modo a se corrigir e a não persistir na senda do crime, constituem o desiderato da pena (ANTUNES, 1977, p. 192).

A consequência desse adiamento da Reforma Penitenciária no Pará acabou transformando o São José em um depósito de decadência humana, conforme é possível observar na reportagem do jornal *Folha do Norte* de 1909 sobre a visita à cadeia feita pelo desembargador e então chefe de polícia do estado à época, Pires dos Reis, conforme relato de Antunes (1977, p. 193-194):

A cadeia é um infecto casarão em que há lugares onde não se pode respirar. Como numa hospedaria de imigrantes cuja lotação se excedesse, os presos repousam, na sua maioria, sobre o chão úmido, num estado de seminudez, porque a roupa que o governo fornece é feita dum estofado ordinário que não resiste a mais de quatro meses. Não lhes pagam também a diária com pontualidade, não lhes concedem alimentação bastante, não proporcionam aos doentes assistência eficaz. Uns estão impaludados, outros beribéricos, alguns tuberculosos, o maior número enfim é de enfermos, e todos esses infelizes dormem em promiscuidade asfixiante, no recinto de celas onde o ar é rarefeito, a luz escassa, os miasmas de acumulação pejam o ambiente de cheiros nocivos. (Ortografia atualizada.)

A condição pelo qual se encontrava a Cadeia São José era extremamente desumana e, como visto anteriormente, os sucessores de Lauro Sodré não mediram esforços nem

mesmo para discutir essa questão, eles ficaram no poder durante 20 anos, tempo suficiente para instaurar o caos e acelerar o déficit de ausências e descasos no SPP.

A retomada desse debate somente se tornou possível com a volta de Lauro Sodré ao governo do Pará (1917-1921), quando pôs em evidência a necessidade de uma reforma no âmbito do Sistema Prisional do Estado em consonância à organização penal nacional, cuja proposta já incluía a inserção de medidas educativas na prisão por meio da criação de espaços que, além de isolar, deveriam disciplinar e corrigir os delinquentes pelo trabalho.

Em resposta a essa demanda, foi expedida a Lei nº 1.747, de 18/11/1918, para autorizar o governador Lauro Sodré a “criar, onde fosse mais conveniente, uma Escola de Reforma, que deveria compreender um Patronato de menores e uma Colônia Correccional” (PEREIRA, 2002, p. 301).

Compete ressaltar que ambas as instituições (patronato e colônia) tinham por fim isolar o indivíduo para fazê-lo incorporar um conjunto de regras institucionalizadas e assim condicioná-lo a comportamentos aceitáveis socialmente (GOFFMAN, 1974), tanto que Antunes (1977, p. 205), ao descrever a finalidade de cada uma, aponta que o patronato se destinava “a educar os menores abandonados, ministrando-lhes instrução literária e profissional, de preferência agrícola e de indústria derivadas” e a colônia “teria por fim corrigir, pelo trabalho, os vadios e vagabundos”.

No Pará essa proposta se evidenciou, principalmente, a partir de 1804 com a criação de instituições que funcionavam como recolhimentos para abrigar tanto crianças, adolescentes e jovens que estivessem na condição de órfãos e desamparadas, assim como deficientes e idosos, para ensinar-lhes um ofício, pois “o objetivo era justamente formar o cidadão útil à pátria [...], mas, principalmente, formar sujeitos capazes de realizar uma ocupação útil” (BARBOSA, 2011, p. 106).

Havendo, portanto, uma intenção bem definida para essas instituições, aproveitou-se a ideia para criar no governo Lauro Sodré a Colônia Correccional, a fim de concentrar em um único espaço um grande complexo agrícola que reunisse “presos correccionais e os sentenciados de boa conduta”, oriundos da Cadeia Pública de São José, para ensinar-lhes um ofício e dar-lhes ocupação (LOPES; BELTRÃO, 2017, p. 5).

A principal atividade da Colônia Correccional era o cultivo da terra, desse modo os internos eram obrigados a trabalhar na limpeza e manutenção do espaço, o que de certa forma mantinha o sustento deles e da colônia, conforme constata esse breve relato de Antunes (1977, p. 207), de quando a colônia se encontrava ainda em Viseu:

O número de presos da Colônia era, então, de sete sentenciados e um correccional apenas, guardados por quatro policiais.

O diretor mandou fazer grandes derrubadas, não só para os trabalhos de agricultura, como para melhor defesa dos ataques dos índios *Urubus*, que, na época do verão, infestam aquela fertilíssima região.

No sítio escolhido e nas suas proximidades existem antigos cafezais e cacoais abandonados, que foram limpos e prometiam, como os roçados de milho, mandioca, arroz e algodão, etc., farta colheita, quando a Chefia de Polícia ordenou nova mudança, perdendo-se, desse modo, o trabalho e despesas ali feitas.

Entende-se, pois, que embora a colônia funcionasse mediante uma relação de disciplina, punição e trabalho (ANTUNES, 1977), buscava-se imprimir na sociedade e no indivíduo infrator a necessidade de ser útil, produtivo; com isso, compreende-se que essa combinação de disciplina, punição e trabalho educava para o projeto de expansão econômica, acrescentando a isso o domínio elementar da leitura e do cálculo.

Logo, distante de uma pretensa proposta humanizadora, essas iniciativas demonstraram um esforço do governo no sentido de atualizar o Sistema Prisional Paraense nas discussões da penologia criminal; de modo que na capital, a situação carcerária, em meados de 1900, mantinha-se inalterável, visto que o único espaço que ainda servia para custodiar os criminosos era o São José.

Isso causava grande desconforto ao governador Lauro Sodré, que sempre esteve engajado nesse debate, tanto que temas como cadeia e modernização do SPP continuamente estiveram presentes em seus discursos, como a mensagem de abertura da Assembleia Legislativa proferida em 1919, quando ele voltou a relatar o estado deplorável em que se encontrava o Presídio São José e advertiu sobre os apelos que vinham sendo feitos sobre a necessidade de retomada urgente da construção de uma penitenciária que atendesse à sociedade paraense, conforme segue trecho da mensagem abaixo:

O que temos o regime essencialmente corruptor da promiscuidade, em que convivem na mais estreita comunhão, delinquentes de toda a espécie, primários e reincidentes, crianças, moços, adultos e velhos, desde o infrator de simples medida preventivas de polícia até o autor de graves latrocínios, com sua matrícula antiga nos cadastros criminosos. Ali, [...] os delinquentes fermentam na inatividade, forma-se e completam-se, em uma constante corrupção mútua, em um persistente trabalho de nivelamento na perversidade, pela aquisição de novos hábitos maus.

Temos diante de nós não um mal incurável, mas uma falta para o qual ao contrário é conhecida a providência que há de saná-la, como deixou dito o Sr. Chefe de polícia, reiterando o apelo feito pelo seu ilustre antecessor, desembargador Santos Estanislão, para que sejam reencetadas as obras do edifício em construção da penitenciária, embora seja de bom conselho introduzir no plano modificações indispensáveis de acordo com a moderna penologia. (Ortografia atualizada.)

Apesar dessa manifestação, a obra da penitenciária não saía do plano dos discursos; contudo, o SPP não deixava de incorporar estratégias que pudessem minimamente corresponder à humanização do espaço prisional.

Dentre as estratégias implementadas no SPP a partir de 1921 estava a criação da Assistência Pública, que encaminhava e prestava atendimento à saúde dos encarcerados; o Gabinete de Identificação, que era responsável pela identificação dos presos; a Escola de Agentes, que ofertava formação elementar e militar aos praças; o Albergue Noturno, que atendia custodiados que cometiam delitos menos graves; além da Colônia Correccional.

Mesmo ainda sem perspectivas de recursos financeiros e apoio político para a construção da penitenciária adequada aos moldes da penologia moderna, a Cadeia de São José passou por diversos reparos, que ainda assim não atendiam aos requisitos mínimos da dignidade humana, de modo que, nas mensagens proferidas nas aberturas da Assembleia Legislativa de 1923, 1924 e 1926, é possível constatar isso, especialmente no último ano, quando o então governador, Dr. Dionysio Ausier Bentes, fez proferir a seguinte situação:

A cadeia de São José, já melhorada por sua própria administração e assistência do Dr. chefe de polícia, permanece o mesmo impróprio presídio, que o nosso coração se confrange, por não poder, de pronto, substituí-lo por um estabelecimento em condições, nos novos moldes do Direito Penal.

Essa condição da Cadeia se estendeu até 1943, quando ascendeu ao poder o intendente Magalhães Barata (1943-1945). Sua trajetória marcou consideravelmente o estado do Pará, principalmente por executar um conjunto de reformas, particularmente no sistema prisional, as quais há muito tempo vinham sendo requisitadas pelos defensores de uma penologia humanizada.

Inicialmente Magalhães Barata tratou de reformar a Cadeia de São José, para reinaugurá-la em 1944 sob o título de Presídio São José, após o espaço ter passado por ampliações e adequações que possibilitaram transformá-la em um recinto mais humanizado (MUNIZ, 2017).

Além da adequação física, outras ações na perspectiva de reintegração social foram implementadas no então Presídio São José, como o Serviço de Assistência Sócio-Penal (SASP) em 1947 para proporcionar assistência moral e material e o Centro de Instrução em 1960 para ofertar “Educação Intelectual, Educação Física, Educação Profissionalizante, Educação Social, Educação Religiosa e Educação Moral e Cívica” (BEDER apud MUNIZ, 2017, p. 82).

Ainda segundo Muniz (2017), o desenho de oferta desenvolvido alinhou-se posteriormente, a partir de 1970, à organização e estrutura da educação nacional voltada à população de jovens e adultos, com o projeto intitulado Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que por sua vez se manteve no SPP até por volta de 1985.

Por fim, conforme foi possível constatar, a educação passou a fazer parte do cotidiano prisional no estado do Pará desde o Império, baseado em uma proposta de recuperação moral que tinha como principal meta tornar o sujeito delinquente disciplinado ao trabalho e liberto da ociosidade, à vista do sistema econômico capitalista.

Sob esta perspectiva, esse misto de punição e correção, simbolicamente, procurava marcar na sociedade a ideia de retribuição do mal praticado como forma de prevenir novos delitos. Essa proposta de base moral e para o capital se estendeu pelos períodos seguintes, com diversas formas de organização do processo educativo na prisão, as quais reforçavam o *status quo* da marginalização e do Estado Penal do qual o sujeito, ainda

que na condição de encarcerado, tenta se desvencilhar para recuperar sua existência enquanto ser individual e coletivo (WACQUANT, 2011).

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; SOUZA, Luís Antônio F. **A sociedade e a lei: o código penal de 1890 e as novas tendências penais na primeira república**, 2003. Disponível em: <<http://nevsp.org/downloads/down113.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2017.

AMARAL. Cláudio do Prado. **Evolução Histórica da Prisão e Panorama Histórico da Prisão**, 2013. Disponível em: <<http://www.gecap.direitorp.usp.br/index.php/2013-02-04-13-50-03/2013-02-04-13-48-55/artigos-publicados/13-artigo-evolucao-historica-e-perspectivas-sobre-o-encarcerado-no-brasil-como-sujeito-de-direitos>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

ANTUNES, Mariano. **Penas e Sistemas Repressivos**. 2. ed. Belém: Governo do Estado do Pará, 1977.

BARBOSA. Anderson Carlos Elias. **O instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque**. 2011. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 3. ed. Tradução: J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

BITENCOURT, Cesar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRÍGIDO, Edimar Inocêncio. O biopoder na perspectiva foucaultiana. **SapereAude**, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 211-227, jan./jun. 2016. ISSN: 2177-6342.

COELHO, Allan Watrin. **São José Liberto Joias e Artesanato do Pará: Pesquisa histórica acerca do Presídio São José**. Belém: SECULT, 2002.

COELHO, Geraldo Mártires. Belém e a *Belle Époque* da borracha. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. 5, p. 32-56, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/50246/ssoar-revobservat-2016-5> HYPERLINK “https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/50246/ssoar-revobservat-2016-5%20coelho-BELEM_e_a_Belle_Epoque.pdf?sequence=1”coelho-BELEM_e_a_Belle_Epoque.pdf?sequence HYPERLINK “https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/50246/ssoar-revobservat-2016-5%20coelho-BELEM_e_a_Belle_Epoque.pdf?sequence=1”=1>. Acesso em: 21 ago. 2018.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: Evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, Portugal, ano 16, n. 002, 2003.

FACHIN, Patrícia. As missões na Amazônia. **Revista do Instituto HumanitasUnisinos**, São Leopoldo, n. 348, 25 out. 2010. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao348.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Microfísica do Poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de; FRANÇA, Samara Avelino de Souza. Colégio Nossa Senhora do Amparo: Casa de Oração, Educação e Trabalho. **Revista HISTEDBR**, Especial, out. 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43e/art09_43e.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2017.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974. (Debates em Psicologia).

JORNAL A CONSTITUIÇÃO, PA, 08 jan. 1878.

JORNAL DO PARÁ. Belém, PA, 17 ago. 1874.

JORNAL DO PARÁ. Belém, PA, 06 jan. 1878.

JORNAL FOLHA DO NORTE, Belém, PA, 1909

LOPES, Rhuan Carlos dos Santos; BELTRÃO, Jane Felipe. Patrimônio histórico e memória social: entre indígenas e ex-internos na vila Santo Antônio do Prata, Amazônia brasileira. **Revista Contra Corrente – Estudos literários**, [S.l.], n. 9, jan. 2017. ISSN 2525-4529. Disponível em: <<http://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/735>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

MUNIZ, Diana Helena Alves. História e memória: o cárcere e a educação no Pará. **Revista digital do CEFOR/SEDUC**, Belém, Ano II, Edição Especial: Educação de Jovens e adultos Privados de Liberdade, jun. 2017.

NERY, Vitor Sousa Cunha; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. Disseminação da instrução pública primária na província do Pará na década de 1870. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 2, p.82-100, dez. 2014. Semestral. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/20906/12563>. Acesso em: 19/01/2018.

O LIBERAL DO PARÁ. Belém, PA, 02 ago. 1874.

O LIBERAL DO PARÁ. Belém, PA, 1877.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A prisão: Instituição educativa? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 43-59, jan.-abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v36n98/1678-7110-ccedes-36-98-00043.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

PARÁ (Estado). **Mensagem de Abertura à Assembleia Legislativa em 1919**. Belém, 1919.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa em 1923, 1924 e 1926**. Belém, 1926.

PEREIRA, Ana Maria de Souza. A liberdade confiscada: um olhar histórico sobre os presos e as prisões em Belém. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Délcio Marco Antonio (Org.). **Terra Matura**: historiografia e história social da Amazônia. Belém: Paka-tatu, 2002.

SOARES, Elizabeth Nelo (Org.). **Largos, coretos e praças de Belém – PA**. Brasília, DF: Iphan, Programa Monumenta, 2009. 172 p. (Roteiros do Patrimônio, 5).

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, ano II, n. 3, p.59-83, jan./jun. 2008.

VAN ZANTEN, Agnés. Pesquisa qualitativa em educação: pertinência, validade e generalização. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 25-45, jan./jun., 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10098/9319>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. 2. ed. ampl. Tradução André Telles e Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção 51, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 90, 91, 98, 109, 194, 201, 203, 204

Análise de Conteúdo 174, 180

Aprendizagem Significativa 127, 130, 136, 137, 148, 149, 151, 152, 156, 157

Aquisição da Escrita 127

Autonomia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 24, 28, 30, 37, 42, 43, 49, 64, 95, 120, 164, 172, 180, 181, 187, 188, 189, 219, 235, 244, 245, 249, 250, 252

B

BNCC 3, 28, 29, 33, 36, 62, 127, 128, 130, 165, 166, 168, 169, 171, 247

Brasil Colônia 70, 182

C

Círculo de Cultura 220, 221, 222, 223, 224, 225

Conselho Deliberativo 1, 2, 6, 8, 9

Cotas 194, 197, 198, 199, 200, 201, 202

Cultura Popular 30, 31, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

D

Democracia 5, 7, 8, 11, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 143, 180, 189, 192, 242, 251, 253

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 140, 150, 151, 152, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 231, 232, 233, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Educação à Distância 39, 100

Educação Básica 3, 4, 18, 25, 42, 47, 62, 65, 67, 68, 93, 95, 96, 105, 127, 128, 129, 130, 132, 136, 137, 168, 169, 171, 172, 180, 203, 224, 238, 244, 245, 247, 250

Educação Física 77, 158, 159, 160, 162, 164, 171, 172, 173

Educação Popular 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38

Educação Prisional 67

Educação Superior 51, 53, 93, 95, 96, 182, 187, 188, 192, 194, 195, 201, 220, 221, 223, 242

Ensino Fundamental 24, 38, 41, 43, 44, 53, 55, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 94, 95, 96, 97, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 130, 137, 148, 149, 157, 169, 189

Ensino Médio 24, 25, 28, 31, 33, 36, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 54, 65, 94, 95, 96, 97, 121, 169, 178, 199, 201, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253

F

Formação Docente 155, 174, 176, 178, 180, 219, 254

Formação em Serviço 213, 214, 215, 216, 218

Fronteira 39, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 50, 51, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 235, 236

G

Gestão da Sala de Aula 220, 221, 223

Gestão Democrática 1, 5, 7, 8, 9, 10, 24, 26, 27

Ginásticas 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167

H

História 2, 7, 8, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 28, 31, 34, 35, 36, 38, 48, 57, 67, 68, 79, 81, 84, 90, 111, 112, 113, 114, 126, 132, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 166, 170, 175, 177, 180, 182, 183, 187, 190, 191, 192, 193, 219, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 235, 238, 243, 244, 252

história da educação 2, 7, 8, 13

História da educação 15, 67, 68, 193

História da Educação 12, 38, 180, 193

I

Igreja Católica 12

Inclusão 116, 117, 119, 121, 122, 125, 126, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 205, 209, 212, 213, 214, 215, 216, 236, 255

Inclusão Digital 213, 214, 215, 216

Interdisciplinaridade 29, 138, 139, 142, 147, 224, 225, 234, 235, 236, 237, 241, 242

L

Letramento 53, 54, 55, 58, 61, 65, 66, 127, 129, 130, 131, 211

M

Mapas Conceituais 148, 151

O

Orfandade 80, 81, 82, 91

P

Paulo Freire 5, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 107, 158, 159, 193, 222, 224, 225

Políticas Afirmativas 194, 196, 197, 198, 199, 200, 202

Políticas Educacionais 2, 3, 17, 19, 24, 61, 113, 120, 182, 224, 244, 254

Psicopedagogia 80, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 101, 103

R

Reinserção 116, 117, 118, 119, 121, 125

Residência Pedagógica 148, 149, 151, 156

S

Sociologia 48, 138, 139, 140, 142, 143, 147, 166, 181, 235

V

Violência no Trânsito 92, 94, 99, 101

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br